OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA (DESKTOPS COM MONITOR) para atender as demandas da Defensoria Pública do Estado do Pará. DATA DA ASSINATURA: 16/12/2020. VALOR GLOBAL: R\$ 1.022.400,00. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Programa / Projeto / Atividade: 03.122.1492.8441. Fonte de Recursos: 0301 e 0101. Elemento: 449052. Plano Interno PI: 20EMEN00303 e 1050008441E. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura. FORO: Justiça Estadual do Pará – Comarca de Belém REPRESENTANTE LEGAL: VINICIUS DA SILVA CPF/MF Nº: 839.250.900-53. ENDEREÇO DA EMPRESA: Rod. Governador Mário Covas, nº 10600, Serra do Anil, Galpão 03, Meltex, KM 290, Cariacica/ES, CEP: 29147-030. ORDENADOR: JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO – Defensor Público Geral. CPF/MF Nº: 833.315.652-53.

Protocolo: 612998

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO Nº 01/2020 CONTRATO Nº: 039/2019

PROCESSO Nº: 2019/589857- DP/PA
PARTES: Defensoria Pública do Pará (CNPJ/MF Nº 34.639.526/0001-38) e a LDS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, inscrita no CNPJ: 15.150.504/0001-65.

OBJETO: Fica prorrogado o prazo contratual consoante dispõe a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA do Contrato nº 039/2019, com vigência por mais 12 (doze) meses, a contar de 17/12/2020 a 17/12/2021. E Modifica o valor Contratual, inicialmente estabelecido na CLAUSULA SÉTIMA, consoante dispõe a CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Da Repactuação do Contrato nº 039/2019, conforme estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2020, vigente a partir de 01/01/2020, modificando o valor global para R\$ 114. 548,04 (cento e quatorze mil quinhentos e quarenta e oito reais e quatro centavos) e mensal para R\$ 9.545,67 (nove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e sessenta e sete centavos), respectivamente, a contar da Data-Base de 01/01/2020. DATA ASSINATURA: 17/12/2020. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Programa/Projeto/Atividade: 03.122.1447.8460. Natureza de Despesa: 339037. Fonte: 0101. Plano Interno (PI): 1050008460C. Gp Pará: 260372. FORO: Justiça Estadual do Pará – Comarca de Belém RESPONSÁVEL DA CONTRATADA: LÚCIA MARIA SIMÕES PEREIRA. CPF/MF: 514.307.113-53. ENDEREÇO DA EMPRESA: Rua Tibúrcio Cavalcante, nº 2953, Sala 01, Dionísio Torres, Fortaleza/CE, CEP: 60.125-101. ORDENADOR: JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO. CPF/MF Nº: 833.315.652-53.

Protocolo: 612977

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO

No dia 15 de dezembro de 2020, depois de constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Defensor Público Geral do Estado do Pará, HOMOLOGA a adjudicação referente ao PROCESSO Nº: 2020/788081, Pregão Eletrônico nº 009/2020, cujo O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (KIT DE CARTUCHOS DE TINTA EPSON T376 PARA IMPRESSORA PM525 E PAPEL FOTOGRÁFICO), PARA ATENDER O PROGRAMA BALCÃO DE DIREITOS, conforme condições e exigências constantes no Edital e seus anexos, tendo como vencedoras do certame as empresas, conforme abaixo:

ITEM 01: Item cancelado no julgamento. Motivo: Licitantes com lance acima do valor estimado, conforme item 11 e subitem 11.3 do Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2020 – DPE.

ITEM 02: N. E. MARTINS COMERCIO DE ARMARINHO LTDA (CNPJ: 21.851.687/0001-49), venceu o ITEM 02, pelo valor global de R\$ 6.240,00 (seis mil, duzentos e quarenta reais).

Belém/PA, 15 de dezembro de 2020.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO

Defensor Público Geral do Estado do Pará

Protocolo: 613022

OUTRAS MATÉRIAS

RESOLUÇÃO CSDP Nº 256, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020.

Regulamenta o estágio supervisionado de nível superior no âmbito dos órgãos da Defensoria Pública do Estado do Pará.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006; CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre os estágios de estudantes de ensino regular em instituições de educação superior; CONSIDERANDO que o estágio é ato educativo escolar, que visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, favorecendo a complementação do ensino teórico com o aprendizado prático relacionado à sua área de formação acadêmica; CONSIDERANDO o interesse da Defensoria Pública do Estado do Pará em colaborar com a formação educativa do jovem acadêmico, propiciando a complementação do seu ensino teórico com o aprendizado prático; CONSIDERANDO o poder regulamentar assegurado pela autonomia administrativa da Defensoria Pública garantida pelo art. 134, parágrafo 2º, da Constituição Federal de 1988; CONSIDERANDO a deliberação unânime do Egrégio Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará na 82ª Sessão Extraordinária, realizada no dia 14 de dezembro de 2020;

RESOLVE:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O estágio supervisionado de nível superior, que tem por objetivo facilitar o contato do estudante com a Defensoria Pública do Estado do Pará, possibilitando seu treinamento, aperfeiçoamento técnico científico e relacionamento humano, necessário para a sua formação e de acordo com o projeto pedagógico do curso ao qual esteja matriculado, será regulamentado por esta Resolução.

Art. 2º O estágio supervisionado no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Pará será admitido nas seguintes modalidades:

I - estágio obrigatório;

II - estágio não obrigatório.

§1º O estágio será obrigatório quando requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§2º O estágio será não obrigatório quando desenvolvido como atividade opcional acrescida à carga horária regular.

§3º O estágio, seja obrigatório ou não obrigatório, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

CAPÍTULO II DA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Seção I

Da Seleção

Art. 3º Compete privativamente à Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará a seleção dos estagiários que irão desenvolver suas atividades na Defensoria Pública do Estado do Pará na região metropolitana e no interior do Estado.

§1º Considerando as peculiaridades do Estado do Pará e as dificuldades operacionais existentes, de forma excepcional e devidamente fundamentada, os Núcleos Regionais vinculados a Diretoria de Interior poderão executar a seleção de estagiários através de processo seletivo local, supervisionado todo o processo e mediante prévia autorização da Escola Superior da Defensoria.

§2º Após a seleção indicada no parágrafo anterior, deve o Núcleo Regional que realizou o processo seletivo, encaminhar o resultado para Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará para homologação e adoção de providências de contratação, de acordo com as vagas existentes e análise financeira.

§3º O candidato à vaga que tiver prestado serviço voluntário na Defensoria Pública, por no mínimo 06 (seis) meses, gozará de prioridade em caso de empate, no processo seletivo.

Art. 4º A Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará, deverá selecionar estagiários para ingresso na Instituição, através da realização de processo seletivo amplo, mantendo sempre aberto cadastro de reserva para preenchimento de vagas existentes.

Art. 5º Somente poderão participar da atividade de estágio supervisionado os estudantes que estiverem frequentando o ensino regular em instituições de ensino superior conveniadas com a Defensoria Pública do Estado do Pará.

Parágrafo único. Os acadêmicos do curso de direito somente poderão participar do processo seletivo de estágio supervisionado quando comprovadamente matriculados do 4º (quarto) ao 9º (nono) semestre.

Seção II

Do ingresso e jornada

Art. 6º Para o ingresso dos estagiários na Defensoria Pública são exigidos: I- Declaração atualizada da Instituição de Ensino, atestando o período em que o estudante está matriculado, as disciplinas já cursadas, bem como a frequência regular ao curso;

II - Declaração do próprio candidato atestando que não sofreu qualquer penalidade nem praticou atos desabonadores durante a sua vida acadêmica;

III - Declaração do candidato que possui disponibilidade para cumprir carga horária do Estágio;

IV - Apresentação da seguinte documentação: a) Carteira de Identidade, b) CPF, c) comprovante de residência, d) 2 (duas) fotos 3x4, de frente e data atualizada, e) comprovação de estar em gozo dos direitos políticos, quando cabível f) estar em dia com o serviço militar, quando cabível;

V- Documento de encaminhamento de estágio feito pela Instituição de Ensino;

VI - Aprovação em processo seletivo, quando for o caso;

VII - Celebração do termo de compromisso, elaborado pela Diretoria da Escola Superior e assinado pelo estudante, pelo representante da instituição de ensino superior conveniada com a Defensoria Pública do Estado do Pará e pelo Defensor Público-Geral.

Art. 7º O estágio supervisionado tem duração de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por no máximo mais 01 (um) ano, não podendo exceder a mais de 02 (dois) anos.

Parágrafo único. Quando se tratar de estagiário de pessoa com deficiência, o estágio poderá exceder a dois anos, observadas, neste caso, as demais exigências para o exercício do estágio previstas na Lei nº 11.788, de 2008, e nesta Resolução.

Art. 8º A jornada de atividades de estágio supervisionado será de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais no caso de estudante do ensino superior, observando-se a compatibilidade com o horário do curso de graduação frequentado pelo estagiário.

§1º A carga horária deverá ser reduzida à metade nos períodos de avaliação na Instituição de Ensino, desde que previamente informado ao Supervisor do Estágio.

§2º As horas não trabalhadas serão descontadas do valor da bolsa-auxílio, exceto se forem compensadas, com a devida anuência do Supervisor do estágio.